

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.343.527 - RS  
(2018/0202345-7)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : INDUSTRIAS ARTEFAMA S.A**  
**ADVOGADOS : IVAN TAUIL RODRIGUES E OUTRO(S) - RJ061118**  
**EDUARDO MACCARI TELLES - RJ001673B**  
**CAROLINA MONHO BOTTINO - RJ113077**  
**BRUNO MENDES DE MORAES RENAUX - RJ140909**  
**CAROLINA CANTARELLE FERRARO - RJ172523**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PESSOA JURÍDICA. QUALIFICAÇÃO COMO AGROINDÚSTRIA. ART. 489 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. REENQUADRAMENTO DA EMPRESA. EXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. CONSULTA. FISCALIZAÇÃO *IN LOCO*. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA. LANÇAMENTO FISCAL. MULTA ISOLADA E DE OFÍCIO. RETROATIVIDADE DA LEGISLAÇÃO MAIS BENÉFICA. SÚMULA 283 DO STF. CARÁTER CONFISCATÓRIO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS JULGADOS CONFRONTADOS. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO.

1. A questão controvertida dos autos diz respeito à possibilidade, ou não, do reenquadramento de empresa como agroindústria para que possa usufruir de benefício fiscal referente à incidência das contribuições sociais sobre a receita bruta, e não sobre a folha de salários.
2. Inexiste ofensa ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, quando não se vislumbra deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido.
3. A Corte Regional, com fundamento no contexto fático-probatório produzido nos autos, desqualificou a contribuinte como agroindústria, concluindo que sua atividade preponderante é a fabricação de móveis, devendo ser classificada apenas como indústria, não podendo este Tribunal Superior alterar tal conclusão, em face do óbice previsto na Súmula 7 do STJ.
4. O art. 100 do CTN não possui comando normativo suficiente para infirmar o entendimento da Corte Regional de que as soluções de consulta não vinculam o Fisco na hipótese da ocorrência de fiscalização tributária *in loco*, na qual se verifica situação fática

diversa daquela apresentada pelo consulente, incidindo no ponto o óbice da Súmula 284 do STF.

5. As razões do apelo especial não impugnaram o fundamento do julgado recorrido, de que, quanto à aplicação das multas, a legislação nova não era mais benéfica do que a aplicada pela autoridade fazendária, o que atrai o óbice da Súmula 283 do STF.

6. A divergência não foi demonstrada quanto ao argumento de que a multa isolada teria caráter confiscatório.

7. Quanto ao *bis in idem* na cobrança da multa, o conhecimento do recurso está obstado tanto pela Súmula 284 do STF, tendo em vista que não houve indicação do dispositivo de lei federal que estaria sendo objeto de divergência, quanto pela ausência de similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados.

8. Conforme orientação no âmbito desta Corte, a majoração da verba honorária sucumbencial, prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, pressupõe a existência dos seguintes requisitos, cumulativamente: (i) decisão recorrida publicada a partir de 18/03/2016, data de entrada em vigor do novo Código de Processo Civil; (ii) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e (iii) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso, pressupostos que foram atendidos, *in casu*.

9. Agravo interno desprovido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de novembro de 2019 (Data do julgamento).

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator